



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS

1 Ata nº 327 da Sessão Plenária Extraordinária de Posse do Conselho Estadual dos
2 Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/MG, realizada aos vinte dias do mês
3 de abril de 2016, em sua sede localizada na Casa de Direitos Humanos, à Avenida
4 Amazonas, 558 - 7º andar - Centro - Belo Horizonte com início às 09:30h. Registro
5 das presenças: Juliana Chiari (SUBPAS/SEDPAC), Eleonora Xavier (Secretaria de
6 Estado de Educação), Ricardo Teixeira (SEDPAC), Nerice Cristina Ventura Costa de
7 Oliveira (Secretaria de Estado da Saúde), Alessandra Martins Lara de Rezende
8 (SEDESE), Erica Alvarenga R. Bastos (Polícia Civil / DOPCAD), Fernanda Matos
9 (Rede Cidadã), Ricardo Augusto Zadra (Secretaria de Estado da Fazenda), Elenir
10 Fatima Braga (Instituto Direitos Humanos), José Ismar da Costa (SINIBREF), Paola
11 Domingues Botelho Reis de Nazareth (Ministério Público), Regis Aparecido Anrade
12 Spindola (SUBAS/SEDESE), Poliana de Souza Vieira Leal (Secretaria de Estado da
13 Educação), Elizabeth Rodrigues S. Ferreira Silva (Forum Mineiro de Conselheiros e
14 Ex-Conselheiros Tutelares), Raimundo Rabelo de Mesquita (ISBJ – Inspetoria São
15 João Bosco), Petrucia de Melo Andrade (Convenção Batista Mineira), Nilmário
16 Miranda (SEDPAC), Celia Carvalho Nahas (SEDPAC), Regina Cunha Mendes
17 (ASSPROM), Cassia Vieira de Melo (Frente de Defesa DCA), Welington Amorim
18 (Silva (Forum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares). A Sessão
19 Especial teve início com uma manifestação do Secretário de Estado Nilmário de
20 Miranda a respeito do processo das nomeações, afirmando que a proposta é
21 empobrecer os nomeados (suplentes e titulares) da sociedade civil e governamentais.
22 Em seguida, será verificado o *quorum* para instalação da sessão, e, após, a pauta
23 será submetida à aprovação, para que os trabalhos se iniciem com as discussões
24 previstas na pauta. A Sra. Silvia Cristina Batista expressa as seguintes constatações a
25 partir da exposição do secretário: constata que tem vinte conselheiros eleitos, doze
26 nomeados, sendo quatro titulares e seis suplentes, que foram nomeados no Diário
27 Oficial como titulares e não como suplentes. No entendimento dela, eles assumiriam
28 hoje como suplentes sendo que no Diário Oficial foi publicado como titulares. Indaga
29 ao secretário se é este mesmo o entendimento. O secretário esclarece e propõe que
30 todos que já foram nomeados sejam empobrecidos. A Sra. Silvia Batista pergunta se o
31 Secretário irá dar posse aos suplentes como titulares. A Sra Regina Mendes, constata
32 que há três entidades cujas nomeações ainda não foram publicadas: Assprom,
33 Convenção Batista e Axé Criança. O Secretário reitera que pretende dar posse aos
34 que foram nomeados pelo governador no Jornal Oficial. O conselheiro e Deputado
35 Fabio Cherem se manifesta indagando ao Secretário se há *quorum* para que seja
36 dada a posse. O Sr. Cristiano Valentim, representante nomeado pela entidade CAIS
37 se manifesta informando que o que tem atingido e inquietado a sociedade civil é o
38 não reconhecimento do processo eleitoral. Chama a atenção para o processo que
39 estamos vivenciando hoje no panorama nacional, com as tentativas de afastamento

40 da presidente Dilma e, comparativamente, diz que infelizmente o mesmo tem
41 acontecido no Conselho. O processo da eleição do CEDCA foi acompanhado pelo
42 Ministério Público, reconhecido e legitimado. No entanto, estiveram aqui para serem
43 empossados na forma do regimento, no dia primeiro de março, e a SEDPAC não
44 compareceu. O Sr. Cristiano saliente ainda que esta é uma questão de respeito pela
45 sociedade civil, que ele já estava na estrada para Belo Horizonte, quando a
46 Comunicação foi feita informando que não haveria posse. Aqui não foram recebidos
47 por ninguém. Cristiano salienta que a sociedade civil não pretende fugir da legalidade.
48 Ele se sente privilegiado porque a entidade dele (CAIS) foi a mais votada na
49 assembleia eleitoral mas se eles não conseguirem garantir os direitos dos próprios
50 conselheiros como irão defender os direitos de crianças e adolescentes, indaga. Para
51 ele, primeiramente, a SEDPAC não reconheceu as vinte entidades eleitas e, em
52 seguida, informou que o sistema é que não reconhece a nomeação de suplentes,
53 antes de se nomear titulares, daí a razão de se ter nomeado como titulares, os
54 suplentes. Para o Sr. Cristiano o sistema está para nos servir e não o contrário. Ao
55 final, manifesta a posição da sociedade civil: os representantes das entidades
56 suplentes que foram nomeadas como titulares não tomarão posse. No entendimento
57 da maioria (Cristiano agradece a minoria que acatou o posicionamento da maioria em
58 reunião ocorrida há alguns minutos atrás) nenhum deles deve ser empossado antes
59 que seja reconhecido o processo de eleição. O conselheiro e deputado Fabio Cherem
60 indaga ao Secretário sobre de que forma se pretende instalar a sessão, já que não se
61 dá posse sem antes se verificar o *quorum*, ou seja, verifica-se o *quorum*, instala-se a
62 sessão e em seguida, dá-se a posse. O Deputado empreende a leitura das seguintes
63 disposições regimentais: “Art. 44: A posse dos representantes da sociedade civil dar-
64 se-á no primeiro dia útil do mês de março do ano civil do início do mandato. *Parágrafo*
65 *primeiro: Às nove horas do dia estabelecido no caput deste artigo na sede do*
66 *CEDCA/MG, independentemente de convocação, instalar-se-á e realizar-se-á a*
67 *Sessão Plenária de posse coletiva dos representantes da sociedade civil.”* O
68 Deputado apresenta também as disposições do art. 28 que trata das Reuniões do
69 Conselho: “Art. 28: O Presidente do Conselho verificando a maioria absoluta dos
70 membros do Conselho iniciará os trabalhos. *Parágrafo primeiro: as reuniões serão*
71 *instaladas em segunda convocação, após quinze minutos, com a presença de no*
72 *mínimo, 1/3 (um terço) dos membros do conselho.”* O Deputado questiona: cadê um
73 terço do Conselho? O Secretário se manifesta reiterando o que segundo ele, já é
74 uma coisa óbvia: há várias pessoas aqui presentes, já nomeadas, soma-se a estas as
75 que tomarão posse, e a partir daí, apura-se o *quorum*, caso contrário fica difícil
76 retomar as atividades do conselho. Primeiro é preciso instalar a reunião. O Deputado
77 reitera que a posição dos conselheiros da sociedade civil é de não tomar posse.
78 Quem foi eleito como suplente não irá tomar posse como titular. O Sr. Hudson
79 Roberto Lino, da entidade ABA – Associação Beneficente Ágape propõe a escuta do
80 Irmão Mesquita e do Ministério Público. Com a palavra o Irmão Mesquita (Raimundo
81 Rabelo de Mesquita) , da ISJB – Inspeção São João Bosco que diz que Minas Gerais
82 foi um dos primeiros estados a se organizar em Conselhos estaduais e municipais e
83 que aqui, na Casa de Direitos Humanos, os direitos deste Conselho estadual estão
84 sendo solapados. Sente um desrespeito para com a sociedade civil, que sempre foi o
85 braço forte deste conselho. O que esta acontecendo no Brasil irá acontecer também

86 dentro do Conselho, indaga o Irmão Mesquita. O Secretário propõe mais uma vez a
87 verificação do *quorum* a partir da chamada daqueles que foram nomeados e que
88 portanto, podem ser empossados. Propõe uma reunião a ser realizada antes do dia
89 18 de Maio para se discutir, com três representantes governamentais e tres da
90 sociedade civil, para se analisar a situação, mas que primeiro, é preciso abrir esta
91 sessão, declarar aberta esta reunião. O Irmão Mesquita salienta que não há *quorum*
92 para que a reunião seja aberta porque este conselho está sem a sociedade civil. E
93 que a sociedade civil não aceita e nomeações realizadas em gabinete, sem discutir
94 com o conselho. Este conselho tem direitos e necessidade de respeito. Se
95 continuarmos neste impasse, segundo Irmão Mesquita, este será um caso único na
96 história, de interferência governamental naquilo que conhecemos como direito e
97 como conselho. O Secretário Nilmário Miranda reafirma que não temos como instalar
98 a reunião mediante verificação anterior do *quorum*, conforme dito pelo Deputado
99 Fabio Cherem e que a proposta dele pretende exatamente assegurar o retorno das
100 atividades do Conselho. E ainda esclarece: todos os conselhos, sobretudo aqueles
101 que gerem recursos públicos, tem a composição indicada apresentada aos órgãos de
102 controle: Auditoria e Controladoria Geral do Estado. Na medida das liberações das
103 indicações, são feitos os expedientes que liberam as nomeações. O Secretário
104 salienta que em seus anos de vida pública, nunca transigiu com certas questões. O
105 nome dele nunca foi colocado em questão quando se trata de ética e de probidade.
106 Propõe que até o dia 18 o Grupo ou Comissão analise, coloque todas as informações
107 na mesa, dentro de critérios de transparência e de moralidade pública, para
108 solucionar as pendências no processo de nomeações. O secretário cita por exemplo,
109 que entidade em tomada de contas não será indicada para nomeação pelo
110 governador. Em seguida, o Dr. Ananias Neves se manifesta dizendo que havia feito
111 um voto de silêncio, que saiu de casa com voto de silêncio. Mas constata o quanto é
112 triste, ter ouvido do secretário em Audiência Pública na ALMG, que deveríamos ter
113 energia para ter irreverência, e que isto é o que deve fazer agora, na sua autorização.
114 Lembra que o CEDCA lutou na época da Secretária de Estado Ana Lucia Gazola,
115 para que o Secretário de Estado não tivesse interferência na sociedade civil. Nesta
116 ocasião, foi mudado o regimento do CEDCA, porque o anterior dizia que quando
117 estivesse vaga a Diretoria, o titular da pasta respondia pelo Conselho. Dr. Ananias
118 Neves diz que foi uma briga dura com a secretária Gazola por sessenta dias, em um
119 governo no qual o governador era seu amigo. “E foi dito: Não aceitamos a
120 interferência”. Até que ela (Ana Lucia Gazola) reconheceu que a sociedade civil não
121 podia ser subordinada ao estado, apenas vinculada e contributiva. Como dizia o
122 Secretário João Batista, o Conselho que não precisar de sociedade civil e de governo
123 não é conselho. E não é possível que eu acorde, diz Dr. Ananias, um dia, com a
124 convocação de V. Exa, convocando este Conselho, com a mesma interferência estatal
125 que nós repudiamos naqueles dias, o que nós não poderíamos esperar de um
126 governo aberto. Quando se criou a SEDPAC, quando V.Exa foi indicado ao cargo,
127 minha mulher disse que eu teria dias melhores neste Conselho. E ontem a noite
128 voltamos a esta discussão porque Nilmário me faz um ato estatal em cima de um
129 Conselho. E indaga ao secretário: O que quer de mim? Eu já dei a vida por este
130 conselho. Nos últimos anos, o estado não garantia, então eu garanti o funcionamento
131 deste conselho. Tudo o que o Biel encaminhou para este conselho nós procuramos

132 atender. O convênio do centro integrado V.Exa sabe que eu não queria assinar, mas
133 lá no Tribunal de Justiça V.Exa disse para mim que resolvêssemos nossas questões
134 em casa. Mas já falei repetidas vezes, inclusive com o Biel, que precisa resolver este
135 convênio porque ele está errado. Mas não posso dizer que reconheço V.Exa. como
136 Presidente deste Colegiado. Não posso porque o Regimento Interno foi mudado
137 exatamente para não autorizar que o secretário intervisse nesta questão da
138 sociedade civil. Foi colocado no regimento exatamente isto, que no dia X,
139 independente de convocação, será dada posse coletiva à sociedade civil. E isto foi
140 colocado também porque já ocorreu, quando James era presidente, de o Secretário
141 de Estado “empurrar” a posse da sociedade civil. Então o regimento dispõe que, no
142 dia X, sob a presidência do mais idoso, será dada a posse coletiva, tal como ocorre
143 nas assembleias e no congresso. E nem nas assembleias, nem no congresso se vê
144 dar posse a suplente de deputado antes de ser empossado o deputado. O instituto
145 jurídico da suplência neste país existe, e este conselho é democracia participativa, do
146 qual o Senhor já participou, e Raul Messias, que o Senhor conhece, já participou. E a
147 Fundação que hoje indica meu nome tem o traço de Raul Messias. É preciso
148 entender que não se pode lançar sob uma comissão, dúvidas. Lemos, papel por
149 papel, e pedimos apoio mas a secretaria executiva só tinha a Marice e mais dois
150 funcionários. Então aprovamos o ingresso de outros conselheiros na comissão, como
151 o José Ismar por exemplo, mas a Secretaria devolveu o expediente. Daí ficamos
152 sozinhos, eu, Margareth e Ivan, pois não tínhamos o apoio de mais ninguém. A
153 própria Margareth teve a inscrição indeferida pela comissão, tamanho o rigor que
154 adotamos, diz. Dr. Ananias argumenta que nunca se viu um deputado que não possa
155 assumir mandato porque tem pendência com auditoria. Auditoria, a seu ver, trata com
156 atos administrativos, e não eletivos. Se há alguma entidade em processo de tomada
157 de contas especial, porque não se mandou nenhuma comunicação a este entidade,
158 pergunta. Mas nem tem, porque eu já verifiquei, diz. Como disse o Sr. Secretário,
159 quanto à sua sinceridade, comigo não é diferente. Se em sua vida pública pode-se
160 passar uma lupa, eu desafio porque na minha vida pode-se passar duas. Não devo
161 nada a ninguém, diz. Obrigar suplente a assinar ato com a condição de titular, é
162 violar o direito e o respeito, mas sobretudo, se está inserindo em documento público
163 uma não verdade. E isto está definido como crime. E por isto, não se pode levar para
164 o governador assinar um ato de titular, de quem não é titular, porque se estaria dando
165 um passivo penal para o governador. Isto é um absurdo. Do mesmo modo não se
166 pode colher assinatura dele naquele convenio. Aquele convênio não é igual ao que
167 nós aprovamos aqui nesta casa. Isso é erro de assessoria. Eles precisam ter lealdade
168 com o Senhor e com o governador. Eu sempre disse ao Biel: Eu não tenho partido,
169 mas sou leal as autoridades constituídas. Essas pessoas não podem assinar termo
170 de posse, porque neles está contida informação que não é verdadeira. Proponho que
171 no dia 18 estejamos com toda esta situação resolvida, para que sejam todos
172 empossados, digo todos, porque a posse é “coletiva”, cumprindo-se assim o resultado
173 eleitoral. Com a palavra Rita Ferreira, que diz que ninguém tomará posse e que a
174 entidade que ela representa não recebeu nenhuma comunicação sobre pendências.
175 Que ela encaminhou contatos das entidades para Marice informando que estava a
176 disposição, mas que nenhuma comunicação foi feita pela SEDPAC. Informou que
177 protocolou ofício novamente, com Marice, contendo informações. Agradece e pede ao

178 Deputado Fabio Cherem que apresente o posicionamento de toda a sociedade civil.
179 Com a palavra, Cassia Vieira, coordenadora da Frente DCA, esclarecendo que como
180 tal, sua avaliação é feita de um outro lugar, de uma organização que visa articular o
181 fortalecimento da sociedade civil e dos conselhos no estado. A situação é
182 preocupante para a Frente DCA, desde o dia 01 de Março, quando não houve a
183 posse. Diversos expedientes foram feitos e dirigidos a SEDPAC cobrando uma
184 posição a respeito da recomposição do CEDCA. Conseguimos uma reunião com a
185 Celia Nahas, por ser coordenadora da área e partir de então, foi proposta uma
186 reunião no formato de teleconferência para alcançar o maior número possível de
187 interessados. A reunião aconteceu, mas com pouca adesão. Temos renovado ofícios
188 buscando explicações sobre as situações que envolvem as entidades. Com
189 tranquilidade, a Frente DCA faz parte da minoria, que entende que o CEDCA, após 50
190 dias sem funcionar, precisa retornar suas atividades. A conferencia nacional
191 acontecerá na semana que vem em Brasilia. Tivemos audiência na ALMG. Não
192 sabemos o que está posto na proposta do governo enviada para reforma
193 administrativa na ALMG. Não conseguimos tomar conhecimento de praticamente
194 nada em relação a isto. Enfim, assuntos importantes precisam se resolver e o CEDCA
195 é o órgão central para a garantia de direitos. Cassia Vieira manifesta que causou-lhe
196 estranhamento que o Deputado Fabio Cherem, representante governamental no
197 Conselho, tenha acompanhado a reunião da sociedade civil. Esclarece que a posição
198 da Frente DCA é de que haja a posse, para o CEDCA retorne suas atividades e que
199 haja eleição da mesa diretora, se não der pra ser hoje, que seja na próxima sessão.
200 Mesmo sendo minoria, salienta que a posição da Frente DCA deve ser igualmente
201 respeitada. Com a palavra a Dra. Paola Domingues, Promotora de Justiça e
202 coordenadora do CAO-DCA. Diz que esteve presente no dia 01 de Março, data em
203 que não houve a posse na forma prevista regimentalmente, e que esteve presente
204 posteriormente numa reunião na SEDPAC juntamente com a Dra Maria de Lurdes,
205 Promotora da capital, na qual foram informadas a respeito das pendencias
206 documentais que impediam a publicação de algumas nomeações . O que a preocupa
207 é a demora em formalizar estas questões para as entidades envolvidas no processo,
208 até porque, a partir da formalização, as entidades poderão tomar as providencias que
209 entenderem cabíveis. Propõe estabelecer um prazo razoável para conclusão de tais
210 questões para que o CEDCA volte a funcionar. Quanto ao fato de assumirem hoje
211 como titulares, a promotora não vê problema insolucionável. A decisão que deverá
212 prevalecer, certamente é da eleição. Mas a alternativa que no momento menos
213 prejudicaria o CEDCA é certamente a de serem empossadas as quatro entidades que
214 foram nomeadas como titulares, sendo suplentes, garantindo-se a paridade para
215 retomada das atividades. Na medida em que as entidades com pendências, eleitas
216 como titulares, superem as questões que impedem a nomeação, estas irão substituir
217 as outras. De qualquer forma, o Ministério Público também estava esperando uma
218 resposta por escrito do governo. A promotora informa que a resposta chegou ontem,
219 mas ainda não foi vista por ela. Segundo consta, deverá o governo informar ao MP
220 quais entidades estão em situação regular, em quais entidades estão em situação
221 irregular. Dra Paola Domingues propõe uma conciliação dos interesses a partir de
222 uma reunião onde se possa verificar cada caso, em especifico. O deputado Fabio
223 Cherem em resposta a Cassia Vieira diz que não entende a estranheza. Ele é

224 indicado pela Assembleia e nomeado para estar aqui. Diz que poderia causar
225 estranheza a ausência dos demais e não a presença dele. O deputado questiona se
226 uma parte do CEDCA não pode ter interlocução com a outra parte. O Deputado diz
227 que não estranhou a presença da Cassia, mesmo ela não sendo eleita nem
228 participando do Conselho. E quanto à situação das entidades eleitas como suplentes,
229 e que não foram nomeadas, mesmo sem apresentar nenhuma pendência, pergunta o
230 deputado. O Deputado diz ainda que é controverso que a SEDPAC informe que uma
231 entidade se encontra em prestação de contas e que tal fato obsta a nomeação. Para
232 ele, dizer que está em prestação de contas, significa que está sob análise, sem
233 decisão definitiva, que a libere ou reprove. Outro aspecto controverso é com relação
234 ao endereço da entidade. Então vamos tirar determinada pessoa porque duas
235 entidades funcionam no mesmo endereço, pergunta. O Deputado conclui dizendo que
236 percebe que a SEDPAC parece ter escolhido entre os suplentes aqueles que queria
237 nomear, o que é discricionário. E agora, se coloca nas costas da sociedade civil, que
238 fez o Conselho funcionar durante todo o ano que se passou, porque o governo cria
239 situações que dificultam a publicação das nomeações. Isto não parece inteligente.
240 Estamos num desgaste de posicionamento muito grande. Não se deveria criar regras
241 para se dar posse. As entidades não foram notificadas. Argumentos do tipo: CAGEC
242 irregular, ou ainda: o celular da instituição coincide com o celular de determinada
243 pessoa. Ora, se está levantando a possibilidade de criminalização, e isto é
244 constrangedor, é terrível ter que lutar pelo óbvio. O deputado diz que o compromisso
245 dele é com a publicação daqueles que foram eleitos e que não é possível se fazer
246 uma eleição, e depois, criminalizar uma questão burocrática de endereço da entidade
247 ou criminalizar uma prestação de contas em andamento. Com a palavra Regina
248 Mendes, que disse ter tido a alegria de ser presidente do CEDCA, quando tínhamos
249 todos uma posição muito respeitada. Que todos aqui a conhecem. Que toda a vida
250 ela fez parte da minoria e faz questão de permanecer independente. Se havia
251 exigências para publicação das entidades, por que isto não foi dito no tempo certo
252 para a comissão eleitoral, pergunta. Conclui que é extemporânea qualquer exigência.
253 Regina Mendes diz que o Conselho Municipal encaminhou correspondência para o
254 CEDCA que sequer foi respondida. Este conselho está ficando desacreditado. O
255 CEDCA tinha uma secretaria executiva fortalecida e atuante, que assessorava
256 inclusive a comissão eleitoral. De forma alguma o governo interferia, e não cabe o
257 governo interferir na escolha da sociedade civil. O CEDCA é vinculado não
258 subordinado. Regina Mendes diz que não concordou inteiramente com o grupo da
259 sociedade civil, mas que a decisão da sociedade civil deve prevalecer. Regina
260 Mendes se dirige ao Deputado Fabio Cherem para dizer que não cabe a presença
261 dele na reunião da sociedade civil, e se desculpa com os colegas que o convidaram.
262 O espaço da sociedade civil é legítimo, e do governo também, são momentos
263 distintos, diz. Regina reforça a necessidade de fortalecimento da secretaria executiva.
264 É impossível dar conta do trabalho. É preciso qualificar a equipe. Vivemos um
265 momento de fragilidade, de desrespeito as decisões na nossa sociedade. E não
266 podemos permitir que isto aconteça neste espaço. Como integrante suplente da
267 sociedade civil diz que todos se recusam a assumir como titulares e que nisto estão
268 todos corretos, mas que os titulares eleitos e assim nomeados, devem ser
269 empossados. Isto ela já disse para Celia Nahas, pois o sistema sempre existiu e

270 alegar que o sistema não aceita não justifica. Regina Mendes conclui que sempre
271 contribuiu e estará contribuindo para a política, de qualquer lugar. Que os titulares
272 devem ser empossados porque o Conselho não deve ficar acéfalo. Com os
273 problemas que temos, o CEDCA não pode ficar inoperante. Fernanda, da Rede
274 Cidadã, se manifesta dizendo que as entidades suplentes publicadas como titulares,
275 em nenhum momento desejou este fato. O que questionamos são os atrasos e os
276 desencontros de informações. Estamos questionando o processo, há pessoas da
277 própria sociedade civil pensando diferente. E quem fala em nome da sociedade civil é
278 a sociedade civil. O Secretário passa a palavra a Cristiano Valentim. O representante
279 da entidade CAIS se manifesta ressaltando que esta reunião é informal. Agradece a
280 presença e o apoio do deputado Fabio Cherem e diz que estão se dispondo a
281 contribuir para a política de defesa dos direitos da criança e do adolescente, mas
282 considera um desrespeito a forma com que foram tratados no dia 01 de Março, que
283 ninguém da secretaria compareceu nem deu satisfação, sendo que era a data
284 prevista para serem empossados. Cristiano Valentim fala do esforço de deslocamento
285 dele e de outros representantes do interior do Estado, para estarem em Belo
286 Horizonte e participarem da plenária na expectativa de contribuir com este processo.
287 Argumenta que por um esforço do Dr. Ananias, pegaram um taxi e foram pedir
288 informações na cidade administrativa. Cristiano Valentim informa que a entidade que
289 ele representa foi a mais votada na eleição, que ele é presidente do CMDCA e
290 coordenador do FOCON, fórum que congrega 87 cidades do leste mineiro, que
291 representa dez por cento do Estado. Em virtude de tantos desapontamentos a
292 sociedade civil decidiu que não se toma posse, nem titular, nem eleito suplente
293 nomeado como titular. Todos tomarão posse conforme o resultado da eleição.
294 Cristiano Valentim sugere ao secretário que a equipe da SEDPAC se organize e
295 aproveite a presença das entidades que aqui estão, e resolva as pendências, para
296 que até o dia 18 de Maio tudo esteja resolvido, de modo que todos possam ser
297 empossados, na forma como foram eleitos. Este é o entendimento da maioria da
298 sociedade civil, destaca. Com a palavra o representante da entidade ADEFOM, Carlos
299 Roberto Beto da Silva, que agradece a presença e a colaboração do Deputado Fabio
300 Cherem. Sugere que ninguém tome posse aqui hoje, formando-se um Grupo de
301 Trabalho com representante do governo, da sociedade civil, do Ministério Público, e
302 da Frente DCA, analisando-se processo por processo, caso a caso, e aqueles que
303 estiverem em condições, que tomem posse no dia 18. As entidades que estiverem
304 em situação irregular até esta data, serão substituídas por suplentes. Carlos Beto
305 salienta ainda que questionar a Lei, o Regimento ou o Edital, não cabe neste
306 momento. Foi o instrumento válido a disciplinar o processo. Regina Mendes pede a
307 palavra e esclarece que a presença do deputado como representante do governo é
308 legítima e agradece, no entanto, apenas entende não caber a participação na reunião
309 com a sociedade civil. O Secretário Nilmário Miranda agradece e considera positiva a
310 participação do deputado. Propõe, com apoio da Promotora, Dra. Paola Domingues, a
311 formação do Grupo de Trabalho, para analisar e se for o caso, rever decisões. Dra.
312 Paola sugere o prazo de cinco dias para que todas as entidades que não foram
313 nomeadas possam ser notificadas, para que a partir daí, elas possam tomar
314 providencias para regularização desta situação. Está faltando esta informação oficial,
315 sobre quais entidades não foram nomeadas e os motivos pelos quais não foram,

316 conclui a promotora. O outro assunto que a promotora destaca é com relação aos dez
317 titulares e dez suplentes. Para a Dra. Paola Domingues, está um pouco obscuro o
318 entendimento da SEDPAC a respeito. Qual é afinal, o entendimento da SEDPAC: se
319 devem ser nomeadas as dez titulares e as dez suplentes. A promotora destaca que o
320 Conselho Nacional tem este mesmo formato de funcionamento. Dr. Ananias Neves diz
321 que respeita a posição de todos mas há algo que ele sempre defendeu neste
322 conselho: conselheiro de direito não defende a entidade que ele representa, é
323 conselheiro da infância. E é preciso que todos sejam eleitos. Dirige-se a Regina
324 Mendes dizendo em relação à manifestação dela a respeito do conselheiro e
325 Deputado Fabio Cherem, que quem está aqui é o Poder Público e que, como
326 Deputado ele deve sim, participar da reunião da sociedade civil. Registra neste
327 momento, para a história do CEDCA, o apoio do Deputado Cassio Soares, quando na
328 função de secretário e o Deputado Fabio Cherem, que sempre contribuiu para as
329 iniciativas e articulações do Conselho na Assembleia. O Secretário retoma a proposta
330 apresentada pelo Carlos Roberto da Silva, quanto à formação do Grupo de Trabalho.
331 Silvia Cristina Batista pede a palavra e propõe que seja observada a lei, porque não
332 considera legítimo criar uma comissão. O entendimento é que se deveria, a partir do
333 edital do processo eleitoral, conferir a documentação solicitada neste edital, porque o
334 que estamos vendo por parte do governo, é que se está tentando intervir aonde não
335 é possível intervir. A documentação é a constante do edital, diz. O Secretário entende
336 que se deve transferir para o Grupo de Trabalho a análise destas situações, na
337 expectativa de que até o dia 18/05 tenhamos avançado nesta discussão. Para o
338 secretário, não há problema se o governo tiver que rever procedimento. O secretário
339 diz que precisamos decidir se as pessoas concordam com a formação do Grupo de
340 Trabalho. Cristiano Valentim salienta que a indagação da Dra. Paola Domingues não
341 foi respondida, quanto à publicação do resultado com os dez titulares e dez suplentes.
342 O secretário Nilmario Miranda reitera que se decida sobre a formação do GT , na
343 forma sugerida pelo Carlos Roberto Beto da Silva, e endossada pela Dra. Paola
344 Domingues. Retomando a proposta, o secretário argumenta que o prazo de cinco dias
345 defendido pela Dra. Paola possa ser contado a partir do dia 25 de Abril, posto que
346 amanhã, quinta-feira, é feriado (21 de abril), e no dia seguinte será ponto facultativo.
347 Deste modo, restou estabelecido o seguinte encaminhamento: prazo de cinco dias
348 para as entidades serem informadas dos problemas detectados para que eles
349 possam resolver. Considerando o feriado, a SEDPAC terá até a próxima quarta feira
350 para informar as entidades das pendências e irregularidades. O grupo terá a
351 participação do Ministério Público, Frente DCA, SEDPAC e um grupo de
352 conselheiros. O Secretário propõe o número de três conselheiros da sociedade civil
353 para representar os demais, de modo que seja mais fácil reunir. Um grupo de seis
354 pessoas, não mais que isso, para facilitar a agenda e realização da reunião. O grupo
355 não irá tomar decisão em nome de todos. O grupo é simplesmente para reunir e
356 avaliar a situação. Houve ligeira discussão por não haver inicialmente consenso sobre
357 quais seriam os indicados da sociedade civil. Silvia Batista defende que a Comissão
358 Eleitoral deve participar. Carlos Roberto Beto da Silva propõe a participação da
359 secretaria executiva (Marice) e os indicados pela SEDPAC. O secretário informa que
360 dois membros da Comissão Eleitoral já não estão aqui. Indaga novamente ao Sr.
361 Carlos Roberto, que teve a iniciativa da proposta , a respeito da Margareth Pereira e

362 do Ivan Ferreira, membros da Comissão Eleitoral. Beto Silva responde que, pelo fato
363 de residirem em Belo Horizonte, acredita que seria mesmo a Margareth e o Ivan,
364 membros da Comissão Eleitoral. A proposta é então colocada em votação e
365 aprovada, formando-se o Grupo de Trabalho composto por: Comissão Eleitoral,
366 SEDPAC, Ministério Público e uma pessoa indicada pela Frente DCA. O secretário
367 Nilmario sublinha que o GT irá se reunir e discutir a partir de dois entendimentos
368 diferentes: Cumpridos os requisitos do Edital, as entidades deveriam ter sido
369 empossadas. Outros requisitos não previstos no Edital, devem ser também avaliados
370 a fim de se cumprir com a licitude e moralidade. A fim de avançar na discussão, o
371 Secretário sugere que, após informadas das pendências, as entidades que por
372 ventura não concordarem com o motivo pelo qual não foram nomeadas, poderão
373 também, a partir daí, entrar em contato com a SEDPAC se entenderem que os
374 requisitos não são adequados, ou então, de recorrerem a justiça caso não haja
375 consenso. O importante é localizar os problemas. O secretário Nilmário propõe que a
376 primeira reunião do GT aconteça na próxima segunda-feira, dia 25 de Abril. Dra.
377 Paola Domingues recomenda aguardar o transcurso do prazo que as entidades terão
378 para responder à notificação, e que a reunião seja realizada após este prazo. Fixada
379 então a agenda para a reunião do GT: dia 02 de Maio a partir das 09:00. A reunião foi
380 então encerrada Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata pela
381 secretária executiva.